

Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior

Alberto Angel Mazzoni^{1*}, Elisabeth Fátima Torres² e José Marcos Bastos Andrade³

¹Departamento de Informática, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

²Coordenadoria de Apoio ao Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Educação Especial, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

³Departamento de Agronomia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Author for correspondence. e-mail: amazzoni@din.uem.br

RESUMO. As pessoas portadoras de deficiências enfrentam uma série de dificuldades para poderem ingressar numa universidade e desenvolverem os seus estudos. A segunda etapa é a mais difícil e os alunos necessitam de uma política institucional de acompanhamento que permita identificar suas necessidades educativas e preparar os professores para que possam atendê-los. A partir do estudo de caso em uma universidade pública brasileira específica, focado nos aspectos de acesso à informação, à comunicação e nos aspectos atitudinais relacionados às pessoas portadoras de deficiência, são apresentadas sugestões de melhorias para as políticas educacionais universitárias.

Palavras-chave: portadores de deficiência, inclusão social, políticas em educação.

ABSTRACT. Disabled students' admission and permanence in higher education schools. Disabled persons have some difficulty in being admitted and carrying further their higher education studies, especially due to the absence of an appropriate institutional assistance policy and lack of trained and experienced professionals to deal adequately with this kind of students. The case study carried out at a public Brazilian university focusing on the aspects of access to information and communication, and on the attitudes involving disabled persons was used as parameter for the improvement of higher education policy proposed in this study.

Key words: disabled persons, social inclusion, educational policy.

O século XX poderá ser caracterizado como o mais importante para a definição de normas de respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade humana. No meio do século, começaram a ganhar força, com valor econômico, os conceitos de ecologia e de bio-diversidade, e chegamos ao fim do século percebendo, e começando a valorizar, a diversidade humana.

Foi na segunda metade do século XX que surgiram as leis de atenção às pessoas portadoras de deficiência: em 1955, a Organização Internacional do Trabalho elaborou a Recomendação n° 99, sobre a Reabilitação Profissional de Pessoas Deficientes e, em 1983, estabeleceu a Convenção n° 159, sobre a Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes; a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes foi aprovada em 1975 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, e o direito à educação para todos foi consagrado pela

Organização das Nações Unidas, com a Declaração de Salamanca, em 1994.

O movimento em favor da atenção às pessoas portadoras de deficiências tem evoluído, inclusive na terminologia utilizada e, atualmente, essas pessoas são identificadas como pessoas que apresentam limitações na execução de algumas atividades, como consequência de deficiência corporal. As principais frentes de atuação desse movimento têm sido no campo da *acessibilidade*, que consiste na eliminação de barreiras tanto no espaço físico como no espaço digital, e no campo da *equiparação de oportunidades* entre as pessoas com limitações e as demais. Ambas as frentes estão se convertendo em princípios norteadores, a serem observados nos aspectos ligados à educação, à atividade profissional, ao lazer, ao transporte, ao turismo, às comunicações, etc.

Depois da Declaração de Salamanca, a qual legitimou as estruturas da educação especial, foi

aprovada, no Brasil, em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB a qual, em seu primeiro artigo, define a educação da seguinte maneira:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No artigo 58º, está definido:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Ou seja, pelo artigo primeiro, a educação especial também deve ser vista como um processo contínuo, embora a LDB só possa regulamentá-la no âmbito da educação escolar.

Conforme a legislação brasileira, para ingressar na universidade, os alunos necessitam ser aprovados e classificados por um sistema de provas de admissão. Atualmente, podem ser considerados os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio-Enem e os resultados do concurso vestibular. A forma predominante nas universidades públicas é o concurso vestibular, no qual os alunos devem resolver problemas referentes às matérias estudadas no ensino de nível médio. Para lograrem êxito, os alunos necessitam ser aprovados e devem estar entre os primeiros classificados (conforme o número de vagas existentes) para as carreiras que estão postulando.

Uma vez concluídos os estudos do nível médio, todos os alunos, incluídos os portadores de deficiências que geram necessidades educativas especiais, necessitam portanto passar por um exame de conhecimentos, para lograr a sua admissão ao nível de estudos superior. Para que esse exame ocorra de forma justa, é necessário que sejam observadas as suas necessidades especiais. Lograda a etapa da admissão, via vestibular ou Enem, outro desafio se apresenta, que é a questão da permanência em condições de estudo em que ocorra equilíbrio de oportunidades entre os alunos.

Na Universidade Estadual de Maringá-UEM, desde 1998, está sendo seguida uma legislação interna de apoio aos candidatos com necessidades especiais que se apresentam para o concurso vestibular. Em função dessa medida, estão matriculados alunos portadores de necessidades especiais em cursos das áreas de humanas, de tecnologia, de saúde e de ciências sociais aplicadas.

Até o momento, ainda não foi definida uma política de apoio à permanência desses alunos, que

contemple integralmente as suas necessidades. Essa segunda etapa é a mais difícil, e os alunos necessitam de uma política institucional de acompanhamento que permita: identifica-los; compreender suas necessidades educativas; preparar os professores, e demais servidores, para que possam atendê-los. Em fins de 1999, o Ministério da Educação e Cultura explicitou a importância da atenção a essas necessidades, através da Portaria nº 1.679, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências e vincula a satisfação desses requisitos à autorização e reconhecimento de cursos, e ao credenciamento de instituições. Nessa linha de ação, foi aprovada pela UEM a Resolução nº 015/2000 CEP, com o objetivo de apoiar a permanência desses alunos na instituição.

Este artigo objetiva contribuir para a definição dessa política na UEM, analisando aspectos das interações aluno-professores, aluno-alunos e aluno-instituição, sob o ponto de vista dos próprios alunos pesquisados. Resulta de uma reunião de trabalho realizada pelo Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade-Propae, em 1999, com os alunos portadores de necessidades educativas especiais até então identificados pela UEM.

Admissão

Até 1998, não havia, na UEM, uma política institucional para o atendimento a vestibulandos portadores de necessidades educativas especiais. Apesar disso, atendendo a requerimentos feitos pelos familiares dos candidatos ou pelos próprios (acompanhados de atestados médicos), algumas ações foram sendo tomadas gradativamente, de forma a possibilitar o acesso ao concurso vestibular também a esses candidatos. Essas ações levaram à elaboração de uma legislação interna (Resolução 32/97-CEP), a qual regulamentou os procedimentos para o atendimento, no vestibular, a pessoas portadoras de deficiências físicas, auditivas, visuais ou deficiências múltiplas. Entre os procedimentos adotados, estão formas especiais de apresentação das questões, relacionadas ao tipo de deficiência; ampliação do tempo determinado para a realização das provas; salas especiais equipadas de forma adequada à realização das provas, de acordo com o tipo de deficiência; e outras alternativas de formato para o cartão de gabarito, diferentes do gabarito padrão que apresenta pequenos alvéolos em que os candidatos devem marcar suas respostas.

São disponibilizadas as seguintes formas de atendimento ao vestibulando, conforme sejam as deficiências:

Deficiência visual: utilização de textos ampliados, lupas ou outros recursos óticos especiais, para portadores de visão subnormal ou reduzida. Utilização de recursos e de equipamentos específicos para cegos: provas orais, gravadas e/ou em Braille, sorobã, máquina de datilografia comum ou Perkins/Braille, ou outras ferramentas adequadas que atendam às necessidades do deficiente visual, como sistemas de leitura de texto digital com saída em voz.

Deficiência física: adaptação de espaços físicos, mobiliários e equipamentos. Utilização de provas orais gravadas, computadores ou outros recursos.

Deficiência auditiva: presença de intérpretes de língua de sinais para viabilizar a compreensão dos comandos da prova pelo surdo.

Deficiência múltipla: combinação de procedimentos de acordo com o tipo das deficiências associadas.

Nesse aspecto, o trabalho feito pela UEM é semelhante ao que está sendo feito em outras universidades que se adiantaram nessa atenção, como o trabalho desenvolvido na Universidade de Brasília, conforme relatado por Soares (1999).

Na etapa de correção das provas, outros cuidados devem ser tomados, como observar as características da expressão escrita de uma pessoa surda. No momento da elaboração das provas, também deve haver atenção às possíveis limitações dos candidatos, observando as limitações relacionadas às distintas deficiências.

A demanda de candidatos ao vestibular da UEM que solicitam recursos especiais pode ser observada na Tabela 1, onde se constata que tem sido muito pequeno o número desses candidatos e menor ainda o número de aprovações. A tabela registra apenas os candidatos que entraram com requerimento solicitando atenção especial.

Tabela 1. Número de candidatos inscritos e aprovados nos vestibulares de inverno e de verão da UEM

Cursos	1997 verão		1997 inverno		1998 verão		1998 inverno		1999 verão		1999 inverno.	
	I	A	I	A	I	A	I	A	I	A	I	A
Inscrito/Aprovado												
Administração									02	00	01	00
Ciências Contábeis							01	01	01	00	01	00
Ciências Econômicas					01	00						
Direito					03	00	02	01	01	00	01	00
Engenharia Civil	01	01										
Geografia							01	01				
História			01	01							02	00
Letras			01	01							01	00
Medicina					01	00	01	00				
Pedagogia					01	00	01	00				
Psicologia					02	00	01	00	01	00		
Total	01	01	02	02	08	00	07	03	05	00	06	00

Dados coletados por Coelho (1999, p. 29-32) e tabulados pelos autores

O insucesso no momento da admissão pode estar relacionado a problemas específicos desse processo, seja no vestibular ou no Enem, e também a problemas na formação obtida por esses candidatos nos níveis de ensino anteriores.

Identificação dos universitários com necessidades educativas especiais

O concurso vestibular é, atualmente, o único sistema de informação acadêmico da Universidade Estadual de Maringá que identifica o aluno portador de necessidades especiais e é através dele que a Universidade toma conhecimento da “chegada” de novos alunos com necessidades educativas especiais. Conforme observado por Coelho (1999, p. 47), “o ideal seria que o sistema de controle acadêmico registrasse se o aluno tem necessidades especiais, usando essa informação, por exemplo, para a alocação de salas de aula com melhores condições de acessibilidade”.

No ano letivo de 1999, encontravam-se matriculados 8.961 alunos e deste total, com a contribuição da Diretoria de Assuntos Acadêmicos-DAA, foi possível a identificação de seis alunos com necessidades educativas especiais, com limitações relacionadas à paralisia cerebral, à deficiência visual e à paraplegia.

Em função das cifras apresentadas, precisamos fazer a seguinte reflexão: por que a quantidade de alunos com necessidades educativas especiais é tão pequena em relação ao número total de matriculados? Uma primeira apreciação nos leva a observar que não existe um sistema de informações preparado para captar os dados reais, pois apenas o concurso vestibular identifica os portadores de deficiências e somente aqueles que desejem se identificar como tais. Outra observação que foi constatada é a referente à compreensão do conceito do que seja uma pessoa portadora de necessidades educativas especiais. Esse conceito não está claro, dentro da comunidade universitária. Essa observação é resultante do trabalho realizado por Mazzoni *et al.* (1999), junto aos professores que atuaram com um desses alunos no ano de 1998 e também de atividades desenvolvidas junto aos atuais alunos com necessidades especiais durante o primeiro bimestre do ano letivo de 1999 e registradas por Torres *et al.* (1999).

Em 1999, em nossa Universidade, foram constatados os seguintes casos de portadores de necessidades especiais: dois estudantes com paralisia cerebral, os dois no terceiro ano, sendo um no curso de Engenharia Civil e o outro no curso de Enfermagem; três casos de deficiência visual, um no

curso de Ciências Contábeis (no primeiro ano), um no curso de História (no segundo ano) e o outro no curso de Letras (também no segundo ano). O aluno com paraplegia estava no segundo ano do curso de Ciências Contábeis e adquiriu a deficiência após o seu ingresso na Instituição.

É necessário destacar que as idades dos alunos variam entre 17 e 40 anos, com distintos níveis de maturidade e de compreensão da problemática da deficiência.

Metodologia utilizada

Este trabalho resulta de pesquisas feitas junto aos alunos com necessidades especiais e seus professores, dentro do projeto institucional “Acompanhamento do relacionamento entre professores e alunos portadores de deficiência”.

Trabalhamos com uma população de difícil identificação, pois não existe, na Universidade, um sistema que identifique os alunos com necessidades especiais e esses só se identificarão dessa maneira se assim o desejarem. O mesmo ocorre em outras universidades e, só a partir do momento em que forem implantados serviços de apoio eficientes e as demais recomendações contidas na Portaria MEC nº1.679/99, essa população poderá ser determinada.

A amostra considerada nesta pesquisa é constituída pelos alunos que solicitaram recursos especiais por ocasião do concurso vestibular e alguns outros identificados pelo Propae e pela DAA.

Para a pesquisa junto aos alunos, foi planejada uma reunião de trabalho, marcada num horário em que eles não tinham aulas. Como técnica para a coleta de dados, adotou-se a entrevista estruturada, porém observou-se, durante o desenrolar da reunião, que, devido à dinâmica adotada para a mesma, na qual eles podiam comparar suas idéias com as opiniões já expressas pelos outros colegas, várias outras questões foram surgindo e sendo analisadas pelos entrevistados. O formulário da entrevista estruturada foi distribuído impresso em formas alternativas (ampliado, em tinta e em braille), de forma a ser utilizado como roteiro para que os alunos pudessem expressar suas opiniões, e registramos, com satisfação, que todos os estudantes contatados aceitaram o convite e compareceram à reunião. A secretaria do Propae providenciou toda a infra-estrutura necessária e, inclusive, o registro em vídeo da íntegra da reunião.

O roteiro elaborado contemplava os seguintes tópicos: identificação pessoal; a maior dificuldade, resultante da deficiência, que enfrenta para estudar; relação com os professores; tecnologia de apoio utilizada; reivindicações mais urgentes;

conhecimento e participação em organizações representativas dos portadores de deficiências e a reação de terceiros frente a sua deficiência. Essas questões foram analisadas pelos autores nos trabalhos apresentados por Torres *et al.*(1999) e por Andrade *et al.* (1999).

As demais questões apresentadas pelos alunos nessa reunião de trabalho serviram de base para o presente artigo. As reivindicações apresentadas pelos alunos foram e estão sendo divulgadas e levadas ao conhecimento dos setores pertinentes.

Uma versão preliminar deste texto foi selecionada para fazer parte do livro organizado por Mori *et al.* (2000), no qual é feito o registro da produção acadêmica, no período de 1997 a 2000, dos vários grupos da UEM que se dedicam ao tema da atenção à diversidade humana.

Como os alunos falam de sua deficiência e das dificuldades para estudar

Embora a maioria dos alunos do grupo tenha sido beneficiada pela oferta do vestibular em condições diferenciadas, quando vão falar de suas dificuldades para estudar, alguns desses alunos tendem a minimizá-las ou a negá-las.

O aluno de Enfermagem expôs que tem problemas para realizar os procedimentos corretamente, devido a dificuldades na coordenação motora fina. Como conseqüência, necessita de práticas mais intensivas para poder executar esses procedimentos, embora haja alguns que não consiga realizar. Este aluno demonstrou estar consciente de suas limitações e de sua competência para atuar profissionalmente.

Os estudantes com deficiência visual consideram que estão estudando em condições desvantajosas, pois seus professores utilizam variedade de textos e estes não lhes estão disponíveis para leitura da maneira adequada (digital ou em braille) no mesmo intervalo de tempo em que ficam disponíveis para os outros alunos. Outra desvantagem que assinalaram é a inexistência de livros em braille na biblioteca da Universidade.

Os demais alunos consideram que não têm dificuldades para estudar, salvo eventuais barreiras arquitetônicas que encontram em seus caminhos.

Principais reivindicações

Um estudante com paralisia cerebral solicitou que os professores compreendam que ele necessita de um tempo maior para realizar suas tarefas e que tenham uma maior tolerância, pois esta atitude psicológica também é importante para que ele conclua as tarefas.

Os estudantes com deficiência visual reivindicaram o acesso a tecnologias mais atualizadas para suas atividades na sala de aula, pois dispõem de computadores apenas em suas casas ou nas salas de trabalho de seus professores. Justificaram por que os gravadores são inadequados para que eles possam acompanhar as aulas e solicitaram tecnologias semelhantes aos sistemas de braille falado. Necessitam também de alguma bibliografia em forma digital, tais como dicionários e gramáticas para utilização na sala de aula.

Observamos que obter acessibilidade aos espaços físicos é interesse de todos, mas isso não é o suficiente. A acessibilidade à informação ganha maior importância ainda neste contexto de estudo.

O que aprendemos com os alunos

A dinâmica utilizada na reunião permitiu que os alunos manifestassem opiniões sobre temas não contemplados no roteiro da entrevista e, devido ao alto grau de maturidade de alguns deles, aprendemos grandes lições, que devem ser divulgadas, tais como:

- um aluno manifestou que existe muita ignorância na Universidade, por parte de professores, de alunos e de funcionários, acerca da forma como devem se relacionar com as pessoas portadoras de deficiência. Na sua opinião, é por essa razão que as pessoas, muitas vezes, não conversam com eles. Considera que esta ignorância em saber como relacionar-se com o aluno portador de deficiência é a maior barreira a ser superada;
- outro destacou que é necessário observar que a integração das pessoas portadoras de deficiências na sociedade é uma via de mão-dupla. À medida que os professores tentam se adaptar aos alunos com necessidades educacionais especiais, eles também estão se esforçando para se adaptar aos novos professores. Temos que agregar que, se em um sentido a relação é 1 para 1, pois geralmente o professor universitário não tem mais que um aluno com necessidades especiais em uma turma, no outro sentido, a relação é 1 para N, ou seja, o aluno necessita se adaptar à metodologia de cada um de seus novos professores;
- e outro observou que não há continuidade dentro do trabalho pedagógico feito pelos professores. Na opinião dele, os professores não trocam informações entre si e as dificuldades dos alunos com necessidades educacionais especiais não são discutidas. Como consequência dessa situação, em cada período

letivo, ele se vê obrigado a explicar novamente suas necessidades para todos os seus novos professores.

Resultados e discussão

Os estudos universitários são o ponto máximo na formação de uma pessoa e é justo que as portas das Universidades sejam abertas a todos aqueles que demonstrem possuir as condições intelectuais necessárias a prosseguir os estudos nesse nível. Nisso incluímos todos aqueles que possuem necessidades especiais. É, portanto, compromisso da Universidade oferecer um sistema de ensino que permita a integração desses alunos, e cuidar para que seja alcançado o objetivo proposto pela Unesco ou seja, “a educação deve formar as pessoas para fazer, para aprender a aprender, para ser e para conviver” (Delors, 1999).

Não basta que esses alunos entrem na Universidade, é necessário que esta se prepare para bem atendê-los e, nesse processo, é necessário aprender com eles. Por outro lado, o bom atendimento a esses alunos exige que sejam adotadas soluções criativas pelas Universidades, de forma a permitir um atendimento mais ágil e eficiente, adotando, por exemplo, a flexibilização de currículos, serviços de voluntários, uso mais intensivo das tecnologias da informática e da comunicação, estudos via Internet, etc .

Para isso, defendemos o intercâmbio, entre as Instituições de Ensino Superior-IES, de material didático disponibilizado na forma digital, por ser essa a forma que permite maior acessibilidade devido às facilidades de formatação e opções de saída em distintos meios (em voz, em braille, impresso em formatação especial, etc). Defendemos, também, a necessidade de intercâmbio entre as soluções didáticas encontradas pelos professores das IES.

Sendo a educação um processo contínuo, faz-se necessária a elaboração de políticas institucionais universitárias que contemplem a situação das pessoas portadoras de deficiências em seus distintos níveis de participação, ou seja, não apenas na situação de aluno, mas também na de professor e de funcionário.

Referências

ANDRADE, J. M. B. et al. *A questão do acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Estadual de Maringá*, In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2., 1999, Londrina. *Anais...* Londrina: [s.n.], 1999.

- BRASIL. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 dez. 1999.
- COELHO, W. S. *A inclusão do portador de deficiência no ambiente universitário e a contribuição da informática*. 1999. 64 f. Monografia. (Especialização em Computação Aplicada ao Ensino) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1999.
- DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1999. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.
- MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F. Aprendendo a ser professor de um aluno universitário portador de paralisia cerebral, *In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 3., 1998, Foz do Iguaçu. *Anais... Foz do Iguaçu*: [s.n.], 1998, v. 3, p. 162-166.
- MAZZONI, A. A. et al. Un enfoque en la relación entre profesores y alumnos universitarios discapitados. *In: CONGRESO PEDAGOGIA 99.*, 1999, Cuba. *Anais... Cuba*: [s.n.], 1999.
- SOARES, M. S. O vestibular na Universidade de Brasília. *In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, 2., 1999, Londrina. *Anais... Londrina*: [s.n.], 1999.
- TORRES, E. F. et al. Análisis y evaluación de estudiantes universitarios con necesidades educativas especiales. *In: ENCUESTRO MUNDIAL DE EDUCACIÓN ESPECIAL*, 3., 1999, Buenos Aires. *Anais... Buenos Aires*: [s.n.], 1999.
- UNESCO. Declaração de Salamanca. *In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS*. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/salamanc.htm>. Acesso em: 30 mar. 2000.

Received on April 12, 2000.

Accepted on November 24, 2000.